

PC pode adiar envio do orçamento de 94

O governo pode adiar a entrega ao Congresso Nacional da revisão do projeto de Lei do Orçamento de 1994, prevista para hoje. Até o início da noite de ontem o ministro interino do Planejamento, Raul Jungmann, discutia com assessores a conveniência de transferir a remessa para segunda-feira. Há receio que o envio do documento não cause a repercussão esperada nos meios de comunicação, ocupados pelas notícias da volta de Paulo César Farias e das revelações da CPI do Orçamento.

Jungmann quer que o corte de US\$ 22,19 bilhões nas despesas previstas no projeto original reflita positivamente entre os agentes econômicos, para mostrar que o Governo está se esforçando na busca do equilíbrio fiscal. As despesas totais foram reduzidas de US\$ 108,8 bilhões para US\$ 86,89 bilhões, dentro da previsão de arrecadação.

Ontem os ministérios foram notificados dos cortes que irão sofrer no próximo ano. O ministro também avaliava a conveniência de aguardar a manifestação dos ministros antes de enviar o projeto, mas os técnicos consideravam que esperar as reclamações irá atrasar muito a remessa para o Congresso.

Outra dúvida que não estava resolvida até ontem à noite é se os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), pela constitucionalidade da Cofins, serão incluídos no projeto revisto. No Orçamento revisto, o Governo planejava arrecadar US\$ 6,61 bilhões em 1994 com a Contribuição. Este valor refere-se apenas à previsão de recolhimento regular do tributo, e não leva em conta os depósitos em juízo, entre US\$ 5 bilhões e US\$ 6 bilhões.

O Governo também pretende recolher cerca de US\$ 4,87 bilhões no próximo ano com o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), que está suspenso até o final do ano. O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, conta com o IPMF, Cofins e o adicional de 5% sobre os impostos federais para conseguir equilibrar as contas públicas.